

SESSÕES DO PLENÁRIO

33ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de abril de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Rosemberg Pinto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 28/02 e 21/03/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 28/02 e 14/03/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Roberto Carlos, comunicando sua ausência das sessões nos dias

18 e 28/02; 04, 07 e 27/03/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Marcelino Galo, eu gostaria de falar primeiro.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, sou eu quem falou ou é a deputada Luiza Maia?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O regime, aqui, deputado Marcelino Galo, é ditatorial, quem fala é V. Ex^a.

O Sr. Marcelino Galo:- Vou ceder o tempo para a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por uma questão de cavalheirismo, mudaremos para o regime democrático. É a democracia do deputado Álvaro Gomes.

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa tarde a todas e a todos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, fiz questão de falar primeiro, porque, dentro de 20 minutos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chegará à rampa da nossa Casa e será recebido pelo nosso presidente. Quero convidar os deputados que tiverem condição de participar desse diálogo. Eles estão vindo nos pedir apoio para a sua luta e todo mundo, aqui, sabe, o deputado Marcelino Galo principalmente, que é um apoiador dos Sem Terra, da importância da luta pela reforma agrária.

Nós temos conhecimento de que existem 40 áreas destinadas à reforma agrária. A burocracia está resolvida, mas a Justiça Federal precisa autorizar o assentamento. São mais de 25 mil trabalhadores rurais sem terra acampados debaixo da lona preta, aguardando serem assentados. Todo mundo conhece a importância e a necessidade da aceleração da reforma agrária, por isso gostaria de pedir aos meus pares que puderem comparecer, daqui a pouco, aí na frente da Assembleia Legislativa, na rampa para que a gente preste também o nosso apoio e a nossa solidariedade a esses trabalhadores que têm uma luta justa, uma das mais justas do Brasil.

Quero também, Sr. Presidente, neste momento, aqui, voltar a falar sobre a questão da instalação da nossa CPI. Sabemos que nos momentos de debate, aparecem conversas de todo o tipo, e eu quero voltar a pedir ao nosso presidente que nos ajude a achar uma saída para a instalação dessa CPI.

Hoje, na reunião da Comissão dos Direitos da Mulher, tratamos dessa questão, temos algumas audiências marcadas, uma visita e uma reunião marcada em Monte Santo. Todos nós temos conhecimento de que existem, na Bahia, 20 municípios na rota do tráfico nacional e internacional. Nós sabemos que a Bahia está colocada numa posição muito ruim em relação ao que acontece, ao enraizamento dessa quadrilha. Sabemos também que é um crime invisível, clandestino, silencioso, mas que nem por isso deixa de atingir a tantas famílias e de trazer tanta tristeza e desgaste para o nosso Estado.

Por isso, quero pedir a sua interferência junto ao Líder, Sr. Presidente, o senhor que está, neste momento, representando o presidente da Casa. Está ouvindo, deputado Adolfo Menezes, que só está debatendo, nos últimos dias, a questão da maioria penal? Me ajude também, o senhor que está representando o presidente da Casa, neste momento, para que a gente ache uma saída. Hoje, o impasse que está é apenas...

Está, aqui, também, representando o Líder do Governo, o Vice-Líder Carlos Brasileiro, peço a V.Ex^a que nos ajude a achar uma saída. A Comissão dos Direitos da Mulher, a bancada feminina, já definiu isso por unanimidade. É importante, é necessário e queremos contribuir para desbaratar essas quadrilhas e igualmente com este debate para tirar o nosso Estado desta situação.

Não conseguimos entender o porquê de não se travar um debate em uma comissão importante. No nosso Regimento Interno há algumas saídas. Então, quero pedir a V.Ex^a, deputado Adolfo Menezes, que está representando o presidente Marcelo Nilo neste momento, que a gente ache uma saída imediatamente.

Em todas as questões relacionadas à luta, aos direitos das mulheres, às vezes sentimos uma má vontade, um descaso de alguns dos nossos pares. Portanto, quero pedir a interferência de V.Ex^{as} para que nos ajudem. Hoje, na Comissão dos Direitos da Mulher, um deputado que nos honra com sua presença, Carlos Geilson, não pode participar de toda a reunião. Mas no início tivemos a presença do representante do Cedeca, do Comitê Baiano de Defesa das Crianças e Adolescentes, uma entidade ligada ao Cedeca, e da jornalista Eleonora, que também faz parte de uma ONG, querendo colaborar com esta discussão e a instalação dessa CPI.

Está registrada a minha solicitação. Tenho certeza que com a boa vontade, a compreensão e o entendimento de que é necessária para a vida das mulheres, das jovens o combate ao tráfico de seres humanos, vamos destravar a confusão que está sendo feita e não é preciso dizer o porquê.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputada Luiza Maia, sinceramente não estou entendendo por que o Líder do governo não quer indicar os membros para compor essa CPI importante. Não sei se é o tema que o incomoda ou se V.Ex^a o incomoda de alguma forma.

Quero dizer que o Regimento da Assembleia é bem claro. O prazo para indicação pelos Líderes já foi ultrapassado, e minha parte já cumpri, a de indicar os membros da Bancada da Minoria. V.Ex^a faz uma questão de ordem e pede ao presidente que submeta à votação a indicação dos membros. O Regimento é claro, não se tem mais que esperar pelo Líder, e este não tem o poder de travar uma comissão que obteve o mínimo de assinaturas necessárias, que já foi publicada e deferida pela Mesa, para que ela não possa funcionar.

Que seja levada a efeito, porque, repito, não estou entendendo qual a dificuldade que se tem em indicar os membros para poder compor uma CPI sobre um tema importante. Não acredito que é com relação a um tema. Agora, não se pode ter a pequenez de qualquer tipo de restrição que se tenha a V.Ex^a, a autora, que exatamente por isso deve presidir essa CPI. Que esta possa ocupar o espaço importante que a sociedade reclama e que não tentem impedir o funcionamento.

Já fui vítima disso. Propus aqui a CPI do Metrô. Como não queriam que eu fosse presidente, fui obrigado a ceder a presidência para que fosse instalada, e depois não deram quórum para funcionar. Neste caso, quero dizer que V.Ex^a vai ter de fazer o que eu fiz, recorrendo através do expediente duma questão de ordem no Plenário para que supra essa questão das Lideranças, indique esses membros e a comissão possa ser instalada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, Srs. Servidores, Srs. da Imprensa, hoje, 17 de abril, se rememora mais uma vez o massacre que houve em Eldorado dos Carajás, no município de Parauapebas, onde foram massacrados 19 trabalhadores rurais sem terra, emboscados e fuzilados pela frente e pelas costas. Mas até hoje não houve julgamento da Justiça. Vários júris estabelecidos foram anulados, não sendo feita a justiça num episódio tão violento e cruel da nossa história contra essa massa de excluídos que são os sem-terra.

Também quero registrar uma homenagem a uma mulher importante desta terra, a senadora Lídice da Mata. Ela, assim como Daniela Mercury no campo dela – cultura, arte, música –, também entrou para a história deste Estado e do Brasil, iniciando a sua carreira política como militante do movimento estudantil.

Quando entrei na Universidade Federal da Bahia, encontrei lá a companheira Lídice da Mata, que já era do DCE. Ela fez carreira política, tornou-se a primeira prefeita eleita de Salvador, quando encontrou muitas dificuldades, na medida em que, naquele tempo, não havia a democracia que existe hoje. E assim a então prefeita foi muito perseguida e teve de, na resistência, fazer a sua gestão acuada, pressionada, sempre ao lado de Bete, sua vice.

Agora vivemos outro tempo, deputado Elmar Nascimento, com acordos e gentilezas de ambas as partes. Avançamos muito, mas não foi o que Lídice encontrou.

Ela é uma grande mulher, de fibra, que deve ser reverenciada e respeitada. Não é do PT, mas é de um partido aliado, o PSB. E aproveito para lembrar o que disse o vice-presidente do Partido Socialista Brasileiro, que foi muito claro ao afirmar: “O PSB não é viagra da oposição”. É uma declaração muito incisiva e forte, com a qual explicita que o seu partido não entrará nesse jogo divisionista no sentido de tirá-lo do campo aliado ao governo federal.

E aqui na Bahia o PSB tem uma grande presidente, essa mulher inatacável. É inadmissível que se ataque a grande companheira Lídice da Mata. Temos a obrigação de defender nossas companheiras mulheres que militam na política, porque sabemos que só teremos uma sociedade igual no momento em que tivermos homens e

mulheres como companheiros. Homens e mulheres dividindo todos os espaços, principalmente o espaço de poder.

O espaço da política é também da mulher. E o Partido dos Trabalhadores saiu na frente quando aprovou em seu IV Congresso que as suas direções, agora, têm de ser paritárias, ou seja, qualquer direção nacional, estadual ou municipal terá em sua composição metade de homens e metade de mulheres, além de 20% para jovens e 20% para negros e índios. Dessa forma contemplamos a sociedade como ela é, com a representação política exatamente como é a sua composição.

Enfim, deixo aqui o meu abraço e a minha homenagem a essa grande guerreira, a nossa companheira Lídice da Mata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria saudar os companheiros que estão nesta luta pelo direito à terra. Desejo sucesso nessa movimentação, nessa mobilização dos sem-terra, comandada por Marcelino Galo, deputado estadual da área rural.

Mas, Sr. Presidente, quero informar que na próxima semana não estaremos aqui, na Assembleia Legislativa. Estaremos em uma missão na Palestina, a convite do governo palestino, onde vamos desenvolver algumas atividades e conhecer a realidade da região. Dentre as atividades, faremos visitas a escolas, hospitais, teremos encontro com comitês de presos políticos, de refugiados. Vamos fazer uma visita ao museu de Mahmoud Darwish, ao mausoléu de Yasser Arafat e teremos um encontro com o presidente da Palestina, Mahmoud Abbas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Álvaro, espero que V.Ex^a não aprenda os métodos do Hezbollah, que manda na área lá.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Não, nós vamos exercitar a luta pela liberdade, democracia, justiça social e, acima de tudo, pela paz. Aquela é uma região de muitos conflitos. É importante que o Estado Palestino seja reconhecido. O Estado de Israel já foi reconhecido, em 1948. O Estado da Palestina é reconhecido, hoje, pela ONU, mas, infelizmente, não é reconhecido por Israel.

Também visitaremos cidades históricas da região: Belém e Jerusalém. Teremos encontros com entidades de mulheres, as centrais sindicais e a embaixadora brasileira em Ramallah, e vamos conhecer o muro da vergonha. Enfim, vamos desenvolver várias atividades na região da Palestina.

O objetivo principal dessa segunda missão de solidariedade ao povo palestino é, exatamente, conhecer a realidade da região e prestar solidariedade ao povo palestino, lutando pela paz, pelo fim do conflito naquela área, e buscando fazer com que a Palestina seja definitivamente reconhecida como um Estado soberano.

Portanto, faremos essa visita à região, eu e o deputado Fabrício Falcão, os dois parlamentares do nosso partido, o PCdoB, juntamente com outras lideranças e outros

parlamentares.

No retorno, faremos aqui um relato de como foi a visita e traremos uma experiência rica, porque o mundo exige paz cada vez mais. Não é possível que os conflitos se multipliquem a cada dia, colocando em risco até mesmo a existência da humanidade. Hoje, temos um mundo altamente armado, principalmente os Estados Unidos. Para se ter uma ideia, o que existe de armas no mundo, hoje, daria para exterminar a humanidade pelo menos umas 10 vezes.

É preciso lutarmos pelo desarmamento, pela paz e pela construção de uma sociedade em que valores como solidariedade e justiça social sejam, efetivamente, reconhecidos por todos. Por isso, faremos essa viagem internacional para prestar solidariedade ao povo palestino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a minha preocupação é que o deputado Álvaro Gomes goste tanto da Palestina e fique por lá. Assim, aqui ficaríamos privados dessa convivência, dessa rotina, desse dia a dia com esse querido deputado.

Quero chamar a atenção, mais uma vez, desse governo sobre Feira de Santana, que, nesta madrugada, foi vítima de mais um incêndio numa clínica de fisioterapia no centro da cidade. Os bombeiros tiveram muita dificuldade pelo tamanho do sinistro. Pela extensão da cidade, há um número reduzido de hidrantes. Isso já foi tema de pronunciamentos em outras ocasiões e já foi motivo de o Líder do governo dizer que o problema já estaria sendo solucionado. Mas, até agora, nada foi feito de concreto. Feira de Santana tem sendo vítima de incêndios recorrentes nas empresas no centro da cidade.

Na semana passada, foi uma grande empresa na Avenida José Falcão e, agora, uma clínica de fisioterapia no centro da cidade. Os bombeiros encontram dificuldades para debelar as chamas justamente por falta de hidrantes. Do centro da cidade, às vezes, têm que se deslocar uma distância considerável para repor os carros para o combate. E é um problema de que o governo tem conhecimento, promete solução, mas já vem se arrastando por muito tempo.

Mais uma vez, fica aqui o nosso apelo, a nossa denúncia, o chamamento ao Líder do governo para que leve essa situação ao governador Jaques Wagner. Já não basta o Corpo de Bombeiros em Feira de Santana estar sucateado, funciona hoje graças ao heroísmo dos seus integrantes. Não percebemos nem vemos uma ação completa para o aparelhamento do Corpo de Bombeiros.

Meu caro deputado Elmar Nascimento, V.Ex^a bem sabe o quanto é importante termos os bombeiros funcionando com condições adequadas de trabalho. Quando o incêndio acontece, você não sabe onde. Quanto aos motivos, Deus é quem sabe.

Em Feira de Santana, a nossa cidade tem sido uma cidade que, nesse aspecto, não tem dado sorte, pois incêndios e mais incêndios têm acontecido. E além da

deficiência do Corpo de Bombeiros, da falta de estrutura, do desaparelhamento, existe a falta de hidrantes.

Mas quero também, deputado Adolfo Menezes, elogiar os seus pronunciamentos. V.Ex^a tem tido a coragem, com o Plenário cheio ou praticamente vazio, de externar o seu posicionamento em relação à redução da menoridade penal. A violência chegou a um ponto insustentável que nos incomoda e agride a toda a sociedade. Ninguém dá um passo à frente para discutir e reformar o Código Penal.

Os nossos digníssimos deputados federais não se posicionam, não abrem o debate. Partidos como o Partido dos Trabalhadores e o PCdoB já têm posição fechada, não admitem nem a discussão.

Meus amigos e minhas amigas, meus caros colegas deputados, colegas da imprensa, amigos solitários aí nas Galerias, precisamos debater a violência. Não é possível que um jovem assassine, de forma brutal e covarde, uma pessoa, tome-lhe o celular e, não satisfeito, dê um tiro na cabeça da vítima. Dois dias depois, ele completa a maioridade, 18 anos.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmim, quer aumentar as penalidades. Já se insurgem muitas pessoas sem abrir a discussão, sem abrir o debate. Pode ser até que continue como está. E há gente satisfeita, que quer as coisas continuem como estão. Mas, gente, nós não podemos nos negar a debater e a discutir a nossa sociedade e a violência que está em volta de todos nós. Portanto, fica um apelo para que os nossos deputados federais abram esse debate e tenham coragem de discutir com a sociedade.

E aqui quero jogar loas no deputado Adolfo Menezes, que tem sido corajoso, bravo, pois desta tribuna, sem nenhum temor e com todo seu destemor apresentando a sua ideologia. Corroboro com V.Ex^a, porque está em consonância com aquilo que tanto incomoda a sociedade, que é falta de leis duras para punir o crime, punir os detratores, aqueles que agredem a sociedade das mais diversas formas e geralmente perversas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Pimenta):- Muito obrigado, deputado Carlos, pelas palavras.

Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “ Sr. Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, imprensa, cidadãos presentes nas galerias, funcionários desta Casa, amigos que nos acompanham através do canal Assembleia. Boa tarde! Caros colegas de parlamento, em pronunciamento recente nesta Casa, falei sobre a paralisação nacional realizada no dia 8 de abril pelas Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos. A iniciativa das entidades foi motivada pelos baixos valores pagos pelo Sus na prestação dos serviços de Saúde e atrasos nos repasses governamentais. Logo após a ação, me reuni com o provedor da Santa Casa de Feira de Santana, Outran Borges, e com a diretora do Hospital Dom Pedro de Alcântara,

Sandra Peggy, administrado pela instituição. Eles me apresentaram a defasada tabela do SUS.

Os valores são tão vergonhosos, que vou citar apenas alguns. O sistema paga só R\$12,47 por atendimento de urgência com direito a observação 24 horas e atenção especializada. Na lista, uma consulta médica de pronto atendimento vale apenas R\$ 11,00. Dentre os exames, o eletrocardiograma está avaliado em simplórios R\$ 5,15. E o de urina tipo 1, apenas R\$ 3,70. Sei que o atendimento de qualidade é direito da população, mas os valores defasados são um desrespeito com as equipes das unidades filantrópicas e Santas Casas, que muitas vezes dedicam anos aos estudos específicos da área para melhor atender os pacientes.

Senhores deputados, senhoras deputadas, as instituições são fundamentais na prestação de serviços, uma vez que os governos, sozinhos, não conseguem contemplar a crescente demanda no setor de Saúde. Elas são responsáveis por 42% dos transplantes realizados no Brasil em 2011. Só dos transplantes de pâncreas no país, 79% foram realizados pelas entidades. De acordo com o Banco de Dados do Sus (Datusus), na Bahia, em 2011, foram realizadas pelas instituições 96% das cirurgias oncológicas. As Santas Casas e hospitais beneficentes foram também responsáveis por 46% dos transplantes.

Nobres parlamentares, dos serviços prestados pelo Sus, 51% são realizados pelas instituições, porém elas não recebem os apoios governamentais necessários para manterem um trabalho mais digno. Todos os anos as entidades têm déficit de R\$ 5 bilhões, o que compromete os atendimentos e acarreta dívidas tributárias e previdenciárias. Os débitos impedem as Santas Casas e unidades filantrópicas de obterem certidões negativas de débitos exigidas na manutenção de convênios governamentais, como os firmados com o Ministério da Saúde.

Na Bahia, existem 43 unidades associadas à Federação das Santas Casas Hospitais e Entidades (FESFBA), sendo que 19 na capital e 24 no interior. A Santa Casa de Itabuna é o maior complexo filantrópico do Norte/Nordeste numa cidade do interior. Só nos últimos dez anos, 14 associados encerraram as atividades por conta de problemas financeiros.

Caros colegas de parlamento. Sempre vi os hospitais beneficentes e as Santas Casas como categorias que merecem atenção especial nas ações públicas. Pensando assim, muito antes da paralisação, apresentei nesta Casa o projeto de Lei Nº 19.790/2012, que cria a tarifa social de energia elétrica para os hospitais públicos e filantrópicos. A tarifa é caracterizada por descontos incidentes sobre o valor aplicado pelas distribuidoras de energia elétrica. A proposição está tramitando nas comissões e desejo que seja aprovada em plenário para que as instituições possam prestar melhores serviços a sociedade.

Como vice-presidente da Comissão de Saúde desta Casa, vou levar o assunto para ser debatido com os membros do colegiado. A saúde é um dos itens essenciais a concretização da cidadania e ao progresso das nações.

Obrigada pela atenção!”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, mais cedo, na audiência pública, não houve tempo para que eu pudesse dar algumas ideias, não para o combate da seca, porque temos que aprender a conviver com ela, não iremos conseguir nunca acabar com a seca, porque é uma coisa da natureza. Realmente temos que somar esforços e trazer ideias para que consigamos que o homem do campo e principalmente nas cidade que fazem parte do semiárido tenhamos uma convivência agradável e com condições de sobreviver no seu período.

Ouvi aqui várias falas dos deputados. Alguns, nesta tribuna, com ataques ao governo do Estado, outros o defendem, mas entendo que todos os governos até hoje fizeram sua parte. Claro que uns mais e outros menos. Quero dizer que o governo Wagner tem se esforçado realmente para ajudar e tentar melhorar o convívio com a seca nos municípios que estão numa situação difícil, mas não era o momento na audiência pública de aproveitar aqui os prefeitos, alguns vereadores e secretários para tentar dizer que o governo não faz isso, não faz aquilo.

Ora, fui vereador em minha cidade – já falei várias vezes aqui – e o fui na oposição e na situação. No período em que fiquei na oposição, o que eu fazia lá para poder atacar o prefeito na época? Puxava no Banco do Brasil os recursos que entravam no município e até falava que entraram dois, três milhões do FPM. E o prefeito faz o quê com aquilo? O prefeito tem os índices para investir na educação, na saúde, nos salários dos funcionários públicos, e não se pode tirar o dinheiro dos funcionários públicos e investir em outra área. Então, ele tem os recursos públicos... A exemplo do que aprovamos ontem aqui, nobre presidente, Srs. Deputados, esse empréstimo do FIDA de US\$ 50 milhões, esse recurso – isso foi falado aqui – já vem destinado. O Banco Mundial faz como já o fez com outros governos, e com este não pode ser diferente, é um recurso para ajudar realmente as pequenas comunidades e tentar gerar emprego e renda, como é o caso de padarias, dos tratores, das fábricas de doces, da Casa do Mel, para ajudar o apicultor na projeção ao mel e vender no valor melhor para os maiores centros.

Então, não adianta, aqui, querer incluir que os recursos sejam passados para as prefeituras, porque não cabe. Isso é uma determinação, lá, do Banco Mundial, do Fida. Realmente, esses recursos tem que ser destinado às pequenas comunidades para que, lá, as pessoas gerem emprego e renda e possam levar para as feiras livres e para os centros das cidades regionais para vender seus produtos e competir melhor com os produtos de grandes indústrias.

Então, Sr. Presidente, como não deixaram eu falar no período porque não tinha mais tempo, na reunião em Vitória da Conquista, com o secretário Rui Costa e todos os prefeitos, eu dei uma ideia a Quitéria, presidente da UPB, para solicitarmos à presidente Dilma, a possibilidade de colocar um valor a mais no Fundo de Participação para os municípios, porque assim o município não precisará apresentar certidões. E, mesmo assim, Sr. Presidente, se precisar ainda que a Câmara ou o

Congresso aprove para que a presidente Dilma faça isso, tenho certeza que não teríamos dificuldades, como não temos dificuldades aqui para aprovar em 24 horas o fim do 13º e 14º salários de deputados.

Então se houver um acordo entre os deputados federais, os senadores, se for possível, façam em 24 horas, atropelem, aprovem um ofício ou uma certidão que votem urgência porque é uma maneira mais lógica. Porque se forem dar recursos aos municípios e exigirem aquela montanha de certidões, os recursos não chegam nunca.

Então, Sr. Presidente, para concluir, queria deixar registrado, nos Anais desta Casa, é que esse imbróglio todo aí, que às vezes alguns deputados aproveitaram que tinham muitos prefeitos aqui, e quiseram fazer uma mediazinha, que o governo é isso, é aquilo. Claro, todos os prefeitos que aqui vieram, a grande maioria assumiu, agora, em 1º de janeiro, pouquíssimos que estavam aqui eram aqueles que foram reeleitos.

Então aqueles, que assumiram em janeiro, estão com a mesma vontade aqui na Assembleia, qual seja: a vontade de trabalhar e de fazer pelos municípios. Todos estão com o pires ou com a cuia nas mãos, sendo cobrados empregos, calçamentos, poços artesianos, sistema de água.

Então, nobre presidente, acho que nós, aqui da Assembleia Legislativa, devemos, até a próxima quarta-feira, fazer esse mesmo discurso na audiência com o secretário Rui Costa que estará presente nesta Casa. Vamos buscar, junto ao governo federal, este apoio, solicitar da presidenta Dilma o repasse de um mês extra de Fundo de Participação. Aí, sim, os municípios, de maneira adequada, com recursos na mão, poderão abrir poços artesianos, não ter esse repasse de 25% para a educação, 15% para a saúde, ser exclusivamente para o convívio com a seca.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa, que na próxima audiência pública com o secretário Rui Costa, que está coordenando muito bem a questão e concordou com a nossa ideia, que iremos ver a possibilidade desses recursos chegarem aos municípios de maneira mais prática e mais rápida.

Então é isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Srª Presidente, deputado Carlos Geilson, deputada Graça, agradeço ao deputado Carlos Geilson pelas suas palavras. V.Exª sabe que ninguém, em sã consciência, é favorável à violência. Mas, durante esses dias, temos nos pronunciado sobre esse projeto polêmico sobre a diminuição da maioridade penal.

O governador de São Paulo, inclusive, mandou o projeto para a Câmara Federal para que mudasse o sistema para aqueles indivíduos menores, a fim de que se aumente o tempo de três para oito anos aos reincidentes.

O que não podemos, Srª Presidente, Srs. Deputados, é assistir todos os dias à banalização da vida como está. Claro, há o problema. Como tem dito aqui em outros pronunciamentos, relatado, deputada Maria Luiza, é claro que não é simplesmente

mudando a lei, não é simplesmente aumentando a pena que vai mudar toda uma conjuntura cultural e o estado em que se encontra o Brasil hoje, com essa violência desenfreada.

Não tem governador Wagner, não tem ninguém que diminua, a não ser um conjunto de boa vontade para que se mude as leis e que se tome medidas duras. Em país nenhum do mundo, isso já foi comprovado, que só a educação resolve, as pessoas têm que temerem que existe o estado e que existe a lei.

Digo sempre que onde em países maiores do que o Brasil como a Indonésia, quando um traficante é preso terá, no mínimo, prisão perpétua, então, o índice de drogas nesses países são baixíssimos, e eles não vão arriscar. Essa é a situação e todos acham normal.

O povo brasileiro viu nesta semana que por uma compra de veículo em São Paulo, deputado Carlos Brasileiro, por 2 mil reais simplesmente mataram 4 ou 6 de uma vez, é uma banalização. As pessoas sabem que, primeiro: se forem descobertas, já é muito difícil; segundo: já livrou do flagrante com um bom advogado e ninguém sabe quando vai acontecer o juri e dificilmente serão punidos.

Então, quando me refiro aqui que as leis duras resolvem muita coisa, resolvem porque as pessoas vão pensar duas vezes antes de delinquir, antes de cometer essas barbaridades, é claro que eu gostaria, assim como todos nós, de viver numa sociedade mais justa, mais igualitária, com condições iguais para todos, mas infelizmente não sei quando isso vai acontecer, porque não depende só da boa vontade dos governantes, só da Dilma querer, do Lula ou só do Fernando Henrique ou de qualquer outro que venha a assumir a presidência deste País,

É um País complexo com muitas desigualdades, com muita pobreza, e não podemos ficar esperando. Tenho certeza de que se fosse feita uma consulta, um plebiscito, a população brasileira na sua maioria iria aprovar, porque não se justifica que quem tem 17 anos hoje, seja considerado incapaz de assumir os seus atos.

Tem sido isso nos meus 5 minutos de pronunciamento nesse sentido, porque acredito e tenho certeza, as pesquisas têm mostrado, a maior parte da população brasileira é a favor. Claro que tem que tomar outras medidas, como mais educação, o governo hoje já gasta tanto quanto os países que gastam mais no mundo, mas alguma coisa está errada, porque não está surtindo o efeito desejado na qualidade, o governo investindo em milhares e milhares de moradias, mas infelizmente para que tenhamos uma condição digna para todos os brasileiros vai demorar muito e não sabemos quando vai chegar.

Enquanto isso, não pode ficar a população brasileira assistindo, deputado Marcos, a essa matança desenfreada que ninguém sabe onde vai chegar; não adianta o governador ter convocado quase 10 mil policiais, viaturas novas para toda a Bahia, ter investido em coletes, mais treinamentos, porque cada dia só vemos a violência aumentando.

Alguma coisa está errada, não sou especialista mas basta ter bom senso para saber que se a lei endurecesse com certeza absoluta essas mortes iriam diminuir sensivelmente.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

Gostaria que a sessão continuasse porque tivemos uma audiência pública tão importante no período da manhã, quando não houve condições de todos os deputados falarem, haja vista o número de prefeitos que estavam aqui.

Acredito que foi o mesmo caso de V. Ex^a. Com certeza, iríamos falar das ações que devem ser realizadas de imediato para que os problemas sejam resolvidos, porque ficamos aqui no blá-blá-blá, sem apresentar nenhuma solução aos problemas. Sabemos que o governador tem feito o máximo, tem pedido muito. Entretanto, acho que também nos cabe convidar a presidente Dilma, que foi bem votada no Nordeste, teve aqui uma maioria expressiva de votos, uma pessoa humana que tem ajudado demais a pobreza, para vir a nossa região visitar os irmãos que estão até perdendo a vida, deputado Carlos Geilson. Os animais que eles tinham, que seriam a herança dos filhos, estão morrendo, assim como a agricultura. Não é à toa que o tomate está custando quase R\$ 10,00 o quilo. Imaginem como a situação está, Srs. Deputados.

Os médicos recomendam que temos de beber, no mínimo, três litros de água por dia. Senhores, será que uma pessoa que carrega uma lata de água na cabeça por não sei quantos quilômetros tem condição de beber essa quantidade de água? Depois da seca, com certeza vão ser gerados muitos problemas de saúde, como paralisação renal e outros agravantes, nos nossos irmãos do sertão.

Precisamos trazer a nossa presidente para sensibilizá-la em relação a esses problemas que passamos no Nordeste. Ano que vem haverá eleição e, como todos nós ouvimos pela manhã, não vai ser fácil a resposta se não tivermos de imediato uma ação para enfrentar os problemas decorrentes da seca.

Desculpe, deputado, por esse desabafo. Cheguei aqui pela manhã, assisti à sessão toda, mas o deputado Cacá Leão não me inscreveu. Ele chamava todos os deputados, mas não me inscreveu. Não sei se foi porque ele era o proponente da sessão, enfim, não sei o que o impediu de me chamar para que eu pudesse dar a minha opinião.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Acredito que houve um equívoco do presidente daquela sessão, até porque a senhora é uma *lady*, é uma mulher muito educada, cordata, não poderia ficar sem proferir o seu discurso numa sessão tão importante.

Mas quero destacar os pronunciamentos dessas mulheres corajosas nesta tarde: deputadas Luiza Maia, Graça Pimenta e Maria Luiza Laudano, parlamentares sempre aguerridas nos seus pronunciamentos.

Estamos recebendo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e muitos

deputados estão acompanhando de perto esse movimento aqui na Assembleia Legislativa. Por isso, gostaria que V.Ex^a, que tão bem dirige os trabalhos nesta tarde, fizesse uma verificação de quórum para a continuidade ou não da sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V. Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidenta, quero comungar com a questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

Mas também quero dizer que hoje é um dia importante na luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Eles estão em busca de alternativas e do apoio do governo e dos deputados para que cheguem, o mais rapidamente possível, recursos para o homem do campo, que está realmente sofrendo com esta seca.

Além disso, eles também recordando aquele triste acontecimento em Eldorado dos Carajás, quando 21 trabalhadores sem-terra foram mortos. Temos de nos solidarizar com eles.

E também aproveito esta oportunidade para convidar os servidores, os deputados e todos que nos ouvem para que amanhã estejam aqui, na sessão especial, quando vamos discutir a importância das ONGs no desenvolvimento social, econômico e produtivo da Bahia.

E gostaria, até, de que os deputados da Oposição, aqueles que puderem, estivessem aqui, porque vão perceber, realmente, o quanto essas organizações têm contribuído para a melhoria da vida do povo brasileiro.

Então, é essa a nossa questão de ordem.

Reforçando, convido todos para que estejamos juntos aqui amanhã.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^{as} serão atendidos.

Existem em Plenário apenas 15 Srs. Deputados. Não havendo número legal, dou como encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*